DESAFIOS DO PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO PARCERIAS PÚBLICAS PRIVADAS (PPPs)

Challenges of regional and urban planning Public Private Partnerships (PPPs)

¹ Carlos Roberto machado

Gestão Pública

Public Management

Resumo

Este texto apresenta um estudo sobre os desafios do Planejamento Regional Urbano e as PPPs: apresentam além da introdução e da conclusão três momentos: No primeiro momento apresenta uma revisão da literatura a respeito das ppps no contexto da nova gestão pública, No segundo momento aborda o Histórico das Parceiras Público-Privadas e sua estruturação como uma alternativa de planejamento, bem como as Leis que regulamentam a política de aplicabilidade das mesmas. No terceiro momento, enfocam-se os Projetos de Parceiras em execução e quais as perspectivas de desenvolvimento com a aplicabilidade dos Projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Foram estudados vários artigos sobre PPPs, Onde foram levantadas as hipóteses observando questões como a autonomia do estado e também das empresas privadas, como e essa relação, o processo de democratização e a redefinição do papel do estado, as ações e as novas estratégias de enfrentamento ao modelo gerencialista que se apresenta com as PPPs. A metodologia usada foi a análise de conteúdo, trata de pesquisa descritiva exploratória, foram analisados textos apresentados dentro da temática, optou-se analisar os artigos a fim de descrever, interpretar, e de compreender o objeto de estudo pesquisado, na tentativa de captar termos de expressão dos significados contidos nos textos, revelando a sua importância.

Palavras-chave: Planejamento Regional -Parceiras Público-Privadas - regulamentação - aplicabilidade - desafios - complexidade.

Abstract: This article presents a study on the challenges of Urban Regional Planning and PPPs: beyond the introduction and conclusion three moments: In the first moment it presents a review of the literature on PPPs in the context of the new public management, In the second moment it addresses the History of Public-Private Partners and their structuring as an alternative for planning, as well as the Laws regulating their applicability policy. In the third moment, the focus is on the Partners' Projects under execution and what are the development perspectives with the applicability of the Public-Private Partnership Projects (PPPs).

Several articles on PPPs were studied, observing issues such as the autonomy of the state and also of private companies, how and this relationship, the democratization process and the redefinition of the role of the state, actions and new strategies for confronting the managerial model that is presented with PPPs.

The methodology used was the analysis of content, six texts were analyzed within the theme, it was decided to analyze the articles in order to describe, interpret, and understand the object of study researched, in an attempt to capture terms of expression of meanings contained in the texts, revealing their importance.

Keywords: Regional Planning- Public-Private Partners - regulation - applicability - challenges - complexity.

¹ Professor, licenciado em Pedagogia, pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Gestão Pública pelo Centro Universitário Claretiano (CUC) Especialista em Gestão Pública Pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) Pedagogia Empresarial pela Faculdade (FAEL) Sociologia da Educação e Cultura, pela Faculdade (FAEL), formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, pela Universidade Pontifícia Católica de Goiás (PUC): Email: carlosmroberto@outlook.com. robertocmachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema. Deste artigo são as Parcerias Público-Privadas (PPPs). O objetivo do estudo é uma tentativa de discutir a importância e complexidade das mesmas, bem como debater a questão das PPP, dificuldades de controles fiscais por parte da esfera pública que ainda não estão preparadas para uma definição de como serão chamadas e regulamentadas e qual a importância dessa nova modalidade no processo de desenvolvimento econômico, no país e no mundo.

Trata-se também de situar sua importância no contexto atual, já que a política do neoliberalismo, da globalização cria uma divisão, e as PPPs entram como uma alternativa de amenização dessa divisão. Estaremos discutindo e refletindo sobre essa alternativa de planejamento e desenvolvimento econômico, político e social no Brasil e no mundo.

Desta forma, a cerca da importância das parcerias públicos privados para o desenvolvimento do país se faz necessário compreender as ppps no Brasil, as consequências atinentes a sua edição, ocorrendo primeiramente no âmbito estadual, e depois na esfera federal. Entender as ppps em sentido amplo e estrito, as modalidades que fazem parte desta, as suas possíveis aplicações e características, além, das vedações legais impostas pela respectiva lei.

O termo parceria publico- privadas e um modelo que demonstra fortemente uma tendência, fenômeno que reflete sob uma nova forma de gestão, com redefinição do papel do estado, descentralizando as políticas, priorizando formas evidentes de financiamento e avaliação dessas políticas com ajustes fiscais, gestão baseada na lógica empresarial e a qualidade das políticas administrativas passa a ser entendida como o aumento da eficácia, da produtividade, com redução de custos. Ou seja, uma política de resultado baseada nas realizações externas.

O presente artigo é resultante da necessidade de compreender as parcerias entre o publico e o privado no contexto das políticas publica privado (PPPs) a partir da análise dos

ASPECTOS GERAIS DAS PPPs

Denominamos as ppps, como contratos entre o governo e o setor privado, com a finalidade de prover equipamentos e serviços de infraestrutura e outros.

Acordos de parceria que aproveitam qualidades de ambos os setores no estabelecimento de relações de complementaridade. Caracterizado pela repartição dos investimentos, percas, responsabilidade e ganhos.

Carlos Ari Sundfeld, (2005) define a ppps como sendo

(...) múltiplos vínculos negociais estabelecido entre a administração publica e particulares para viabilizar o desenvolvimento, sob a responsabilidade destes, de atividades com algum coeficiente de interesse geral (concessões comuns, patrocinadas e administrativas: concessões e ajustes setoriais: contratos de gestão com OSs: termos de parcerias com OSCIPs; etc.). Seu regime jurídico esta disciplinado nas varias leis especificas. (grifos do autor)

O Projeto das PPPs é uma realidade dentro da perspectiva da globalização e da política neoliberal nas Parcerias Público-Privadas e um mecanismo de planejamento e desenvolvimento econômico no ponto de vista estrutural.

As PPPs são uma solução, não para todos os problemas, mas no que tange a uma alternativa viável no processo de desenvolvimento, que surgiu no Plano Plurianual (PPA) período de 1996 a 1999 e no PPA seguinte ganharam expressiva participação, estava iniciando como uma proposta legítima no processo de desenvolvimento e planejamento, no documento inicial, foi determinada uma exigência: a alocação de recursos financeiros pelo Setor Privado para ser considerado um PPP, iniciava aí um grande debate nacional, que culminou na aprovação da Lei nº 11.079/04 que direcionou as normas gerais para a licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas, no Brasil. Sundfeld, (2005).

Podemos observar que com a aprovação e legislada a Lei Federal 11.079/04, de 16.12.2003 a discussão sobre as PPP toma dimensões significativas sobre o planejamento e desenvolvimento do país, já que os projetos até então confusos nas leis anteriores limitavam esse debate, com a nova lei surgiu uma delimitação do que realmente serão as PPPs:

- Contrato de PPPs e contrato de concessão.
- Há espécies de contrato de concessão.
- Para cada espécie há dispositivos de lei 8.987 aplicáveis.

- Há novas regras aplicáveis aos contratos de PPPs.

Com a lei estabelecida inicia-se o processo de rompimento com as dificuldades e entraves burocráticos, para concretizar as PPPs e a política de planejamento e desenvolvimento do país. Sundfeld, (2005).

Em razão destas exigências, estes modelos de licitação não podem ser aplicados aos contratos de parcerias. O objetivo das parcerias é o de escolher o parceiro que melhor realize aquilo que o estado anseie, e, não, a de alcançar a proposta de menor preço. Além disso, nas parcerias, o parceiro privado tem responsabilidade quanto à gestão, e, para que realmente ocorra, precisa ter a liberdade de meios para realizá-la. Por isso, não há como realizar definição previa no edital sobre os meios a serem usados na gestão do contrato. Por essas problemáticas, editou-se a lei de concessões, afastando essas regras.

Devemos entender também a influência dos organismos internacionais, consultorias no desenvolvimento econômico do país e a formulação de políticas, terceiro setor, democratização, sistema capitalista e a crise do capital; redefinição do papel do estado, política de financiamento, etc.

FUNDO GARANTIDOR DOS PAGAMENTOS DAS PPPs

Um dos desafios das Políticas Público-Privadas estava agora em como conseguir chamar a atenção dos investidores. Para conseguir esse objetivo foi criado o mecanismo de atração de investidores que é o Fundo Garantidor dos Pagamentos das PPPs, o Fundo é composto de recursos públicos originários da união, que visa fazer os pagamentos futuros assumidos pela estância federal, das obrigações feitas nos contratos de PPPs no caso do não pagamento por parte do governo.

Alguns limites foram determinados às parcerias entre público e privado não poderá ultrapassar 1 % da receita da União.

A administração pública procura atrair os investimentos privados fazendo novas concessões, caracterizando a Fundo garantidor com condições prévias ao recebimento de recursos financeiros e garantias da Única.

O valor limite do fundo deveria ser corrigido por um dos índices que medem a desvalorização da moeda ante a inflação, com o IGP-M ou o IPC, ou ainda, um índice típico do mercado financeiro Cretella, (2005).

PERPECTIVAS DE INVESTIMENTOS VIA PPPs

Concessões

A concessão está sendo a política mais usada no processo de parceria atualmente. Inicialmente essa Parceira Público-Privadas estabelece a diferença entre uma concessão e uma PPP pode ou não ter viabilidade financeira nos primeiros projetos em PPPs. Os projetos PPPs pode ter custos mais elevados que as concessões porque é um projeto novo e corre risco de regulação, pois é um tipo novo de empreendimento que causa incerteza nos empresários, os investidores estão cada vez mais olhando os contratos de concessões já existentes com o governo, o que é natural já que as parcerias serão reguladas justamente pelas normas gerais de concessões de serviços públicos e de licitações.

Podemos observar a questão da política tarifária das concessões e das PPPs rodoviárias que devem estabelecer uma tarifa que seja boa para o usuário como para os concessionários, havendo aí um equilíbrio entre o custo da tarifa e os gastos necessários, no caso em que estamos falando e o pedágio quando mesmo é satisfatório no que tange o seu valor cobrado, no início da concessão. O equilíbrio econômico financeiro tem sido altamente debatido entre as empresas privadas, que procuram fazer uma revisão nas tarifas cobradas e ao mesmo tempo, o tratamento que deve ser seguido em relação aos interesses dos consumidores, então a idéia de concessão fica clara que caberia a empresa privada' gerir, administrar, acompanhar o andamento desses serviços. Agora o grande desafio será como dar uma concessão para uma empresa e não haver cobranças de tarifas, essa questão é mais complexa, já que requer políticas de definições estabelecidas por políticas específicas de cada estado ou país, a discussão sobre a forma política de estabelecer regras tarifária ainda e a dificuldade maior dentro desse novo modelo de parceria entre o público e o privado. Mukai, (2005).

Por isso em uma ppp para a realização de obra e serviço a ser prestado pelo parceiro privado, ocorre o incentivo para que desempenhe a obra com qualidade, isto, pois, será ele quem realizara a obra e prestará o serviço, levando-o a reduzir os gastos de manutenção e operação. Desta forma, o particular acaba operando em interesse próprio, e conseqüentemente, atingindo o interesse da população com o todo.

Na prática, quando se fala em contrato tradicional de obras, averiguasse a falta de boa execução do contrato. Além do risco que a administração pública sofre com a má execução do trabalho, existe um risco maior e real, a falta desta capacidade, e em virtude de os problemas muitas vezes demora aparecer é que de nada adianta a lei prever a recusa do

recebimento do contrato, tendo na maior parte dos casos já aceitou o recebimento.

AS MODALIDADES DE CONCESSÃO INTRODUZIDAS PELA LEI FEDERAL DE PPPs

A Lei Federal das Parcerias Público-Privadas, Lei nº 11.079/04, aproximou conceitualmente as Parcerias Público-Privadas (PPPs) das Concessões. Mediante a Lei nº 8.987/1995 (Lei das Concessões), Define concessões como:

Delegação de prestação de um serviço público, feito pelo Poder Concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Já a parceria Público-Privados pode ser definida como o "contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa." Ou seja, a Lei Federal de PPPs criou outros dois tipos de concessão: A patrocinada, administrativa e a concessão comum.

Concessão Patrocinada consiste na "concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contra prestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado." Cretella, (2005).

Poderão ser realizados por meio de concessão Patrocinada:

- as PPPs para a área de transporte;
- as PPPs para a área portuária;
- as PPPs para área de saneamento básico.

Concessão Administrativa, por sua vez, esta definida como o "contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”.

Poderão ser realizados por meio de Concessão Administrativa:

- as PPPs da área prisional;
- as PPPs na área de saúde;
- as PPPs na área educacional.

Concessão Comum, (art. 2º da Lei de Concessões), ou seja, aquela em que há a delegação, mediante licitação, da prestação de serviço público ao particular para que este o preste, consoante padrões pré-definidos de qualidade e respeito ao interesse público, por sua conta e risco e por prazo determinado. Mukai, (2005)

São exemplos de Concessão comum:

- a concessão de Rodovias no país;
- a concessão de infraestrutura, em todo país;
- a concessão de Saneamento Básico em alguns Municípios.

Os principais projetos para serem realizados são os seguintes:

Saneamento:

- Edital Concorrência Pública nº 026/06
- Sistema de esgotamento Sanitário.

Transportes:

- Rodovias e Ferrovias

Presídios:

- Sistema Penitenciário
- Edital Concorrência Pública nº 001/2006.

A REGULAMENTAÇÃO DAS PPPs

Com a crise fiscal do governo houve um incentivo maior para as parcerias, levando maior investimento dos recursos públicos em infraestrutura, ficando os recursos privados como uma alternativa para essa crise e com isso houve uma maior atração por parte dos investidores privados onde as PPPs ganharam força.

Assim, o grande desafio seria quais Políticas Público-Privadas deveriam ser adotadas para atrair cada vez mais o setor privado. E a alternativa foi à aprovação do Projeto de Lei sobre as Parcerias Público-Privadas, iniciando assim um processo de viabilização maior dessas parcerias, Mukai, (2005).

É claro que a complexidade da estruturação das PPPs é um desafio, muitos encaminhamentos e dúvidas serão debatidos tais como: à questão do empreendimento, a viabilidade, as inovações de projetos já existentes. Entre essas preocupações, está a lei de Responsabilidade Fiscal que é um ponto crucial e muito debatido.

A questão da lei está sendo debatida e aprimorada, onde a nova modalidade PPPs foi estabelecida, e então reconhecida como um dispositivo de Lei.

Em sentido amplo, o termo ppp pode ser definido como os múltiplos vínculos negociais de trato continuado estabelecidos entre a administração pública e particulares para viabilizar o desenvolvimento, sob a responsabilidade destes, de atividades com algum coeficiente de interesse geral, Sundfeld, (2005,)

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - (PPPs) PROJETOS

A aplicabilidade dos projetos das Políticas Público-Privadas é o grande desafio do planejamento e desenvolvimento de todo o país, pois é uma política de inovação, inovação que os países desenvolvidos atingem 50% do crescimento econômico, que acarreta gerações de emprego e renda, crescimento econômico e competitividade no mundo. Essa capacidade de inovação é que o Brasil precisa ter um desafio e a educação é um desses requisitos em todos os níveis, para estimular o seu desenvolvimento e planejamento em ciência e tecnologia, elaboração de projetos com melhor qualidade e aplicabilidade dos mesmos. Pinto, (2005)

Atualmente a elaboração do projeto-lei foi um grande passo no processo de encaminhamento e execução dos projetos que ainda estão restritos a alguns setores como Rodovias, Ferrovias.

Mais a preocupação principal do governo é justamente a viabilidade desses projetos das PPP, economicamente não pode haver gastos profundos, como funcionar a transferência de recursos é um verdadeiro desafio para a concretização dos projetos. Porém, o importante é que "o foco está desenhado".

Carlos Ari Sundfeld, (2005), salienta:

(...) Logo, os projetos de Parceria Público-Privada devem guardar estrita sintonia com as leis de diretrizes orçamentárias, os orçamentos, as políticas econômicas

planos em que se encontram consignados dotações orçamentárias para a viabilização de obras públicas de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento econômico; os segmentos econômicos que deverão ser fomentados; as concessões de serviços; as renúncias tributárias; a instituição de fundos de preservação do patrimônio histórico-cultural para fomentar o turismo; a necessidades de empresas públicas, sociedades de economia mista e das agências. (grifos do autor)

Alguns projetos estão sendo planejados e orçados para serem executados no Brasil. O investimento é claro dentro da modalidade de Parcerias Públicas Privadas (PPPs).

Atualmente, são 70 projetos qualificados e listados na carteira do PPI, (programas de parcerias de investimentos) com previsão de investimentos da ordem de 113,6 bilhões. Entre eles, 12 no setor ferroviário, 8 no rodoviário, 17 no aeroportuário, 22 no portuário.

A ferrovia norte sul, cujo projeto vem sendo anunciada desde o governo Dilma.

Na área de rodovias, o projeto mais avançado para os próximos anos é o da BR-264-365/MG-GO. Já esta em aprovação por parte do tribunal de contas da união, destacou o secretário, no ano passado, o único leilão de estrada federal foi o da rodovia de integração do sul, Darlan Alvarenga G1, (2019).

A regulamentação das PPPs coloca a questão inicial que é a sua importância no processo de desenvolvimento dos projetos que são: a licitação e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim reza a Lei Federal 2.546/2003:

- Concorrência com pré-qualificação.
- Elaboração de Projeto.
- Projeto Submete-se audiência pública
- Arbitragem / critério de desempate.
- Procedimento (art. 13).

A IMPORTÂNCIA DAS PPPs

Identificados os processos legítimos das PPPs sua estruturação legal, e sua aplicabilidade em vários aspectos do desenvolvimento são um mecanismo alternativo dentro de um planejamento econômico, político e social. Podemos dizer que a importância das

Parcerias Público-Privadas, é a viabilização para a realização de obras e serviços ditos de infra-estrutura. Em vários setores como: as ferrovias, duplicação de rodovias, hospitais, centro de pesquisa, presídios, usina, escola, enfim tudo que o governo não tem condições de fazer apesar do seu apetite insaciável de arrecadação. Poltroniene, (2005).

É necessário entender o tanto que as Parcerias poderão trazer benefícios ao país e quanto vai melhorar a economia, atrair investimentos, gerar empregos, impostos, progresso como ocorreu em outros países a PPP poderá ser um mecanismo indutor de investimento em áreas que contribuem de forma expressiva para o crescimento econômico com reflexões sociais.

Por outro lado, a PPPs consiste em uma alternativa, como eu já disse a atual situação do Setor de Infra-Estrutura, a PPPs é um mecanismo de cooperação entre o Estado e os particulares, especificamente o que devemos entender é que a viabilização das obras e reformas de alguns Estados estarão mais aptas a acontecer, através de um contrato de Parceria entre ambos.

As PPPs podem mudar significativamente o panorama, sendo atrativo para os particulares já que está sendo desenvolvido em um ambiente político e econômico propício, com regulação, com seguro, que garante vantagens para todas as partes (parceiro privado, parceiro público e financiador). Poltroniene, (2005).

Podemos citar mais alguns exemplos da importância da PPPs, setores como saneamento, educação, água, saúde, segurança pública (prisões), transportes, energia, defesa e gestão de patrimônio público etc.

Podemos ainda colocar como importância das PPPs uma característica essencial que hoje na política da globalização esta nova etapa do capitalismo, e a flexibilidade do controle estatal da parceria, já que o Estado possui mecanismos de controle de cunho econômico, baseado em incentivos decorrentes de cumprimentos de prazos e resultados, com comparações com outras parcerias satisfazendo assim o usuário, ou seja, a sociedade.

As PPPs são um desafio, mas outros países também passaram por esse desafio e se deu bem como a Inglaterra, Portugal, Alemanha, Canadá, Espanha, Japão, Suécia, Holanda, e países da Ásia, e também a Argentina que como o Brasil está no processo inicial das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Marcos Barbosa Pinto, (2005) afirma:

A transferência de riscos ao parceiro privado leva a eficiência econômica. Segundo ele, quando ocorre a transferência de risco de construção operação de um ativo de interesse publico para o particular, este tem um incentivo econômico muito maior para construir e operar aquele ativo de forma eficiente (grifos do autor)

O que devemos entender que e de suma importância, para o Brasil a implantação das PPP mesmo sendo um desafio a ser vencida a perspectiva que se tem é boa, devemos estar atentos para um modelo viável de PPPs para o Brasil começar bem, sem dúvida impulsionar o ingresso de investimentos e implementação de vários projetos até então guardados, sem poder serem aplicados.

Percebe-se o surgimento de uma nova cultura entre o público e privado, relações essas que vão abrir oportunidades de negócios para ambos. Enfim, essa nova cultura, tem de ser estabelecida visando o crescimento e o desenvolvimento do país dentro de um patamar confiável no que tange ao planejamento e execução das PPPs. É de suma importância a sua aplicabilidade apesar de ser complexo e desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado podemos concluir que as PPPs vêm como inovação de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do País e que sua estruturação é complexa e não deixa de ser um grande desafio nacional, mais também é um caminho.

A sua complexidade, está dentro de sua própria legislação, deixa um pouco a desejar, mais há necessidade de uma lei melhor. Isso também se torna um desafio. As Parcerias Público-Privadas passam por uma necessidade de um melhor encaminhamento, que vai acontecendo com a sua aplicabilidade naturalmente, é uma alternativa viável, não é a única no atual contexto passa a ser a principal no processo de planejamento e desenvolvimento econômico político e social para o Brasil e o mundo, o problema de sua articulação perpassa por políticas e medidas econômicas legais, e isso não se realiza de hoje para amanhã a necessidade de estudos, planejamentos e organização em todos os ambitos administrativos.

Dentro dessa complexidade desse novo modelo entre publico e privado, muita reflexões sobre o presente e o futuro dessa parceria são questionados, sobre a atuação, o papel de ambos, qual o grau de autonomia, As responsabilidades, O objetivo, O processo de democratização neste contexto? Fica a certeza que essas buscas são necessárias e que esse

modelo e uma alternativa viável de organizar e planejar o espaço.

O Brasil, por iniciativa dos seus estados, seguiu essa tendência global e aprimorou o instituto existente das concessões, com o intuito de desenvolvimento do país, visando à ampliação e recuperação de infra-estruturas, além da realização de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública, podendo ser remunerada por tarifa, mas obrigatoriamente com a contraprestação do ente público.

Avaliando o disposto nas normas vigentes sobre o tema, o seu conteúdo obrigatório, prazo mínimo e Máximo do contrato e, ainda, o vultoso valor do investimento, conclui-se da importância considerada sobre a matéria, como inovadora para os problemas de infraestrutura e de serviço público.

Entende-se que o tema é recente e o instituto merece a atenção devida, com os pertinentes questionamentos sobre sua constitucionalidade e da receptividade pelo ordenamento pátrio, sempre considerando sua finalidade precípua que a plena satisfação da dignidade da pessoa humana, para responder os anseios e necessidades que surgem a cada momento, e contexto histórico caracterizando a necessidade contínua para responder as indagações, as hipóteses, e os problemas que surgem na complexidade que são as PPPs, tanto no âmbito legislativo, executivo e judiciário, só o andamento dessa política e seu amadurecimento que não significa que deixaram de surgir outras complexidades, e um assunto altamente delicado e ao mesmo tempo a dificuldades e entraves que surgem na sua aplicabilidade, e uma constante política de entendimento e de questionamentos que vão aperfeiçoando esse novo paradigma de administração política e econômica, entre iniciativa pública, e privada.

Fica evidente que os desafios são muitos e devem ser tratados com muito equilíbrio entre estruturação estatal principalmente porque a aplicação do fundo garantidor é revisto e a responsabilidade do estado é de suma importância no repasse de verbas do tesouro nacional, já especificado como fundo garantidor da aplicabilidade dos recursos de infraestrutura, os desafios estão postos e vê-se a necessidade de uma política de responsabilidade fiscal altamente reguladora para que não haja nenhum tipo de desvios no processo de aplicabilidade desses recursos, há outros desafios, mas esse se torna um dos mais importantes já que o que está em jogo é muita verba pública, dinheiro da união, observar os desperdícios e a possibilidade de desvios, por isso a necessidade de fiscalização constante.

REFERÊNCIAS Bibliográficas

SUNDFELD, Carlos Ari. Parcerias público-privadas. Malheiros I -2005

TALAMINI, Eduardo (org.); JUSTEN, Mônica Spezia (org). Parcerias públicas-Privadas m enfoque multidisciplinar. RT. -2003

MUKAI, Toshio. Parcerias público-privadas. Forense universitária, - 2005

POLTRONIENI, Renato. Parcerias público-privadas e a atuação. Juarez de Oliveira. - 2005

PINTO, Marcos Barbosa. III – Parcerias Público-Privadas: Panorama da Nova Disciplina Legislativa. In: TALAMINI, Eduardo; JUSTEN, Monica Spezia (Coords.). Parcerias Público-Privadas: Um Enfoque Multidisciplinar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. P. 28-38. PORTUGAL, [Portal do G

CRETELLA NETO, José. Comentários à Lei das Parcerias Público-Privadas – PPPs. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 1.

ALVARENGA, Darlan, Jornal G 1, 20019.